

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: o caso do PRONAF Infra-estrutura e Serviços no estado de Santa Catarina

Ademir Antonio Cazella¹
Lauro Francisco Mattei²
Nelson Giordano Delgado³

A trajetória da política agrícola brasileira até a década de oitenta, já amplamente estudada, privilegiou as regiões mais desenvolvidas e os produtos mais nobres, a maioria voltado para exportação, assim como favoreceu os estratos de produtos que possuíam áreas maiores, o que facilitou a modernização e a acumulação de capital por parte desse segmento. Em contrapartida, aqueles segmentos de produtores menos capitalizados e com terras de qualidade inferior, sobretudo os mini e pequenos agricultores, foram colocados paulatinamente à margem do processo produtivo.

Esse cenário começou a mudar, principalmente ao longo das duas últimas décadas, graças a um conjunto de acontecimentos mais ou menos articulados, que coloca no centro do debate a importância socioeconômica da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país: agravamento da crise econômica, com aumento dos índices de desemprego, aprofundamento político dos movimentos sociais e sindical no campo, ampliação do número de estudos relativos à unidade familiar de produção agrícola e, finalmente, a implantação de um programa de política agrícola diferenciado para os distintos segmentos de produtores rurais. Desta maneira, a criação do referido programa atendeu a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que colocava a necessidade de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante da agricultura brasileira, o dos agricultores familiares.

Assim, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem como objetivo propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva; ampliar o nível de emprego e elevar a renda, de forma a melhorar a

¹ Professor do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. E-mail acazella@cca.ufsc.br

² Professor RD pelo CNPq junto ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail mattei@cse.ufsc.br

³ Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. E-mail nelsongd@unisys.com.br

qualidade de vida dos agricultores familiares. Essas intenções genéricas estão embasadas no ajuste da política agrícola para atender as necessidades desses agricultores, tanto em termos de crédito como de infra-estrutura básica.

Operacionalmente, o PRONAF divide-se em três modalidades: política de crédito rural (custeio e investimentos), política de infra-estrutura e serviços municipais e políticas de capacitação dos agricultores e de pesquisa. Especificamente em relação ao PRONAF Infra-estrutura e Serviços, que começou a operar em todo o país a partir de 1997 e cuja finalidade está voltada à melhoria da rede de infra-estrutura básica dos municípios, algumas questões para análise começaram a aparecer ultimamente.

No caso específico de Santa Catarina, objeto de nosso estudo, essa modalidade do PRONAF contemplou até o presente momento apenas 57 dos 293 municípios do estado, os quais detêm uma base econômica fortemente assentada nas atividades agropecuárias. Apesar de terem sido executadas, nos últimos 3 anos, diversas atividades no âmbito dessa modalidade do programa, o cenário atual do mesmo é de muita incerteza. Por um lado, nota-se que houve uma forte redução dos recursos orçamentários previstos no cronograma inicial, o que obriga a um contínuo processo de remanejamento de recursos e, por outro lado, desde o ano de 1998, não foram incorporados novos municípios, o que reduz a área de abrangência dessa política pública. Como resultado, temos que boa parte das obras planejadas pelas municipalidades ainda não foram sequer executadas.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é avaliar o PRONAF Infra-estrutura e Serviços no estado de Santa Catarina, dando ênfase aos impactos do programa sobre os rumos do desenvolvimento rural catarinense. Para tanto, o artigo estará organizado da seguinte forma. A primeira seção fará uma abordagem geral dessa modalidade no país e no estado, analisando a estrutura institucional do programa. A segunda seção discutirá o processo de seleção dos municípios beneficiários, dando destaque às características mais marcantes dessas localidades. A terceira seção avaliará os impactos dessa política pública sobre os rumos do desenvolvimento rural catarinense, priorizando a análise de aspectos relacionados ao nível técnico dos planos municipais de

desenvolvimento rural e a gestão social dos mesmos. Finalmente, a quarta seção apresentará as principais conclusões e recomendações do estudo.